



## Tratamento demorado

Faça sua busca na Web!



Em 2005, parlamentares aprovaram apenas três leis que tratam diretamente da saúde

Guillermo Rivera

“O quadro poderia ter sido melhor. Fizemos pouca coisa para se comemorar”. O desabafo do deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), presidente da Frente Parlamentar da Saúde, resume o que foi 2005 em termos de aprovação de projetos nessa área. No ano do mensalão, o Congresso pouco fez pela saúde. A rigor, apenas três leis federais sancionadas este ano pelo presidente Lula tratam diretamente do assunto: a que autoriza a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias, a que garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante todo o trabalho de parto e pós-parto e a que obriga os hospitais que oferecem internação pediátrica a instalar brinquedotecas.

Além das novas leis, algumas propostas avançaram no caminho que separa as comissões e o plenário. Entre elas, destaque para a que proíbe o registro de patentes de medicamentos para prevenção e tratamento da Aids e a que define os percentuais mínimos a serem aplicados anualmente pelo poder público em ações e serviços de saúde.

Por outro lado, proposições importantes ficaram paradas, como o projeto de lei que institui a descriminalização do aborto, o que regulamenta o chamado ato médico e o que estimula a oferta de medicamentos a baixo custo.

A falta de interesse em criar ou aprovar leis sobre saúde levou deputados e senadores da Frente Parlamentar da Saúde, secretários estaduais e municipais e profissionais do setor a fazer, no dia 23 de novembro, manifestação para pedir mais recursos para área no Orçamento de 2006. A principal reivindicação dos manifestantes era justamente um projeto de lei não-aprovado este ano: a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que destina recursos mínimos para a saúde, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar 01/03, do deputado Roberto Gouveia (PT-SP). O projeto continua na pauta da Câmara.

O financiamento, por sinal, é o principal entrave à grande maioria dos projetos. A discussão promete ser ainda maior no que diz respeito à definição da parte que toca à saúde no Orçamento do próximo ano. Estudo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) mostra que é necessário incluir R\$ 4,7 bilhões na proposta orçamentária do ano que vem para garantir o atendimento hospitalar de média e alta complexidade, como cirurgias e consultas especializadas; ações preventivas e a aquisição de medicamentos de alto custo, como os receitados aos pacientes transplantados.

Segundo Guerra, o governo federal retirou R\$ 1,1 bilhão da saúde, e transferiu o total para a execução do programa Bolsa-Família por meio da Medida Provisória (MP) 261/05. “O governo planejava transferir R\$ 4 bilhões da saúde para o programa, mas a MP foi vetada no Congresso. Até lá, no entanto, o governo já havia conseguido passar mais de 1 bilhão”, lembra.

A Frente Parlamentar da Saúde cobra do governo a restituição de quase R\$ 5 bilhões ao setor no orçamento de 2006. Além dos R\$ 4 bilhões empenhados pela MP 262, há, segundo Guerra, R\$ 878 milhões de reais em restos a pagar. “Estou em Brasília esta semana, acompanhando a definição do orçamento para a saúde. Vai ser uma luta complicada”, avisa.

Obs: texto extraído do sítio Congressoemfoco.com.br

